



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

SERVIÇO SOCIAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS: participação popular em debate no contexto de uma economia dependente

SOCIAL WORK AND EDUCATIONAL PRACTICES: discussion of popular influence in the setting of dependent economy

Brenda Luanda Silva Costa¹
Erica Natacha Guterres²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar um debate sobre as práticas educativas do Serviço Social, considerando a dimensão pedagógica da profissão e seu contato mais direto com a classe trabalhadora. Além disso, pretende-se lançar apontamentos e estimular reflexões acerca da participação popular nos processos decisórios brasileiros. A temática tem como pano de fundo a posição do Brasil no cenário mundial como economia capitalista dependente.

Palavras-Chave: serviço social; movimentos sociais; economia capitalista dependente

ABSTRACT

This article aims to present a discussion about the educational practices of Social Work, considering a pedagogical dimension of the profession and its more direct contact with the working class. In addition, it intends to launch indicators and encourage reflections on popular participation in Brazilian decision-making processes. The theme bases itself on Brazil's position on the world stage as a dependent capitalist economy.

Keywords: social work; social movements; dependent capitalist economy

¹ Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói-RJ. Mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: brenda_p4@hotmail.com

² Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói-RJ. Especialista em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: natachaguterres@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apontar tópicos para o debate a respeito da relação entre as lutas e movimentos sociais na materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no contexto de uma sociedade capitalista dependente. Tendo esta temática como norte, procurou-se desenvolver alguns aspectos relacionados à mobilização social e práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

É importante destacar a dimensão pedagógica da profissão que, segundo Abreu e Cardoso, inscreve a prática profissional no âmbito de atividades educativas formadoras de cultura, ou seja, “atividades formadoras de um modo de pensar sentir e agir, também entendido como sociabilidade” (ABREU; CARDOSO, 2009, p.1). E de acordo com o pensamento gramsciano, a formação da cultura adequa-se às necessidades do modo de produção e do trabalho sob a hegemonia de uma classe.

Dessa forma, para se pensar a ação educativa dos assistentes sociais deve-se considerar a tensão entre projetos societários antagônicos: o projeto burguês que preza pela manutenção do modo de produção capitalista visando eliminar resistências e dissenso na busca do consentimento da classe trabalhadora a aderir a esse projeto; e o projeto que representa as classes subalternas, o qual visa à construção de uma nova ordem societária onde não haja exploração e/ou dominação de classe, raça ou gênero.

O Serviço Social surgiu como uma resposta do Estado à “questão social” e inicialmente assumiu uma postura conservadora e moralista. É somente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 que a categoria firma as bases para a construção de um novo projeto profissional. É válido frisar que esse período foi marcado por muitas lutas na perspectiva da resistência ao regime ditatorial e democratização da sociedade, além do surgimento de diversos movimentos sociais. No campo do Serviço Social ocorreram mudanças importantes com o Movimento de Renovação Profissional que gerou três vertentes, das quais, a Intenção de ruptura foi o marco da luta contra o conservadorismo profissional.

Portanto, considera-se que o contato do Serviço Social com as lutas e os movimentos sociais é de significativa importância para a formação profissional, pois é através dessa aproximação que a profissão assumiu a direção de luta no sentido da

garantia do acesso aos direitos à classe trabalhadora e mantém o projeto profissional hegemônico no interior da categoria.

1. CAPITALISMO DEPENDENTE E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO BRASIL

Para pensar a construção da política social no Brasil, faz-se necessário o debate sobre a formação social e a forma como se deu a implementação do capitalismo no país. Segundo Fernandes (1981), a implantação do capitalismo na América Latina pode ser considerada como “não clássica”, pois não houve integração nacional e a defesa das bandeiras das revoluções burguesas dos países de capitalismo central. Isso fez com que essas economias se tornassem dependentes/ satélites do capital externo, fato gerador de muitas particularidades deste capitalismo da periferia. Essas revoluções “clássicas” lutaram pelo fim do Antigo Regime e seu sistema de estamentos que concentrava o poder nas mãos da nobreza e do clero, enquanto no cenário brasileiro, o que ocorreu foi um padrão compósito, marcado pela concentração de riqueza, poder e prestígio social pela classe dominante.

1.1 Características do processo de implementação do capitalismo no Brasil

Em seu livro “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”, 1981, Florestan Fernandes diz que os países latino-americanos passaram por fases de dominação externa, que caracterizava um modelo de subserviência (consentida) desses países ao capitalismo internacional. As razões se justificam pelas particularidades econômicas, políticas e sociais dessas nações, marcadas pela “aristocracia, oligarquia ou plutocracia” (nos termos do próprio autor), que impediam que esses países acompanhassem o desenvolvimento capitalista dos países da Europa e Estados Unidos, pois o interesse maior era manter os privilégios do modelo de organização da sociedade até então estruturado: concentração de riqueza, poder e prestígio social. Por outro lado, a grande massa da população foi apartada de qualquer tipo de participação. Ou seja, não houve ruptura total com o regime escravista anterior, houve o “aburguesamento” da aristocracia, mantendo a dominação desta classe sobre as demais. É o que Florestan denomina de traço colonial permanente. Desta forma, gesta-se um modelo de

desenvolvimento desigual e combinado, recuperando o conceito de Trotsky que combina aspectos modernos e arcaicos no processo de desenvolvimento econômico.

A dominação externa possui elementos favoráveis tanto ao capital internacional quanto ao nacional dos países de economia capitalista dependente, caracterizando o “padrão dual de expropriação”, pois as nações de capitalismo avançado exercem sua dominação sobre as nações de capitalismo dependente obtendo lucros que contribuem para a acumulação de capital nesses países e ao mesmo tempo, as classes dominantes dessas nações periféricas, obtêm lucro em suas atividades, além da manutenção do prestígio social e concentração de renda e poder que são beneficiários a esses dois setores. É imprescindível ressaltar que essa obtenção de lucros provém da exploração intensiva da classe trabalhadora nos países “subdesenvolvidos”.

As categorias “padrão dual de expropriação” e “padrão compósito de hegemonia” são particularidades das sociedades latino-americanas que experienciaram o processo de implantação do capitalismo de forma única e distinta, pois a natureza da burguesia desses países não era revolucionária.

Florestan Fernandes também fala da “debilidade” da burguesia e essa expressão pode gerar interpretações equivocadas sobre o que o autor realmente queria dizer. Em Fernandes (1995), encontra-se a explicação dessa “debilidade” que só aparece quando se trata de promover a revolução burguesa “clássica” da democracia burguesa e da integração nacional, mas quando se trata de manter as estruturas autocráticas de governo através de políticas econômicas que remam na direção contrária à democratização e nacionalização das estruturas de poder, essa “debilidade” desaparece e a burguesia revela-se forte. O propósito é passar pela transição do capitalismo sem “riscos políticos”, ou seja, separa-se o desenvolvimento econômico do desenvolvimento político.

Florestan (1995) coloca que o Brasil é um grande exemplo desse modelo histórico de revolução autocrática-burguesa. Houve a militarização do Estado de forma que o crescimento chegou ao ápice do “milagre econômico” durante a ditadura militar em 1964, enquanto os movimentos das massas populares foram sufocados violentamente. O autor também traz a contribuição sobre o porquê da natureza tão violenta da burguesia nos países dependentes: a burguesia dos países em subdesenvolvimento é destituída de autonomia e não possuem internamente todos os

elementos para sua evolução. Desta forma, a burguesia consegue sustentar um regime minimamente democrático à medida que essa “democracia” não ameaça seus interesses. Isso quer dizer que quando se defronta com uma forte e organizada mobilização da classe trabalhadora, a saída é o autoritarismo violento que silencia de forma cruel os movimentos que põem em risco o sistema.

1.2 A participação popular nos processos decisórios

As relações entre Estado e sociedade assumem diferentes configurações ao longo dos anos. No entanto, algumas características tem se mantido. Conforme exposto no tópico anterior, o trato do Estado frente à organização popular sempre esteve ora no âmbito da repressão/violência, ora no atendimento de determinadas demandas da população, ambas as ações com objetivo de manter o *status quo*.

Historicamente a população brasileira foi apartada dos processos decisórios do país. O processo de Independência, por exemplo, foi um acordo político entre a coroa portuguesa e os países que estavam vivenciando a Revolução Industrial, de modo especial a Inglaterra. Diferente de outras colônias, como os Estados Unidos, onde o processo de independência foi marcado pela luta das massas.

A Proclamação da República também não ocorreu de forma diferenciada. Um golpe dos militares e oligarcas encabeçado por Deodoro da Fonseca para depor o Império de Pedro II. Aristides Lobo, colunista do jornal Diário Popular, assim escreveu sobre o movimento:

O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula. O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada. (LOBO, 1889).

A partir da Proclamação da República (1889) ocorre a implantação do regime presidencialista no Brasil. Cabe destacar que a queda da Monarquia ocorre a partir de insatisfações das elites econômicas brasileiras frente ao regime, culminando em um golpe militar que originou a República como forma de governo. Inicia-se o período histórico conhecido como República Velha (1889-1930), são anos marcados pelo clientelismo e coronelismo como forma cooptação da população. Os donos de terras, aqueles que obtinham poder e riqueza, exerciam o poder sobre a população recém

“liberta” do escravismo em troca de votos que elegessem os candidatos ligados aos seus interesses. Neste período da história brasileira a grande massa da população é coagida a manter os interesses das elites a partir dos chamados votos de cabrestos, estando sob os mandos das elites e seus representantes do governo.

O ano de 1930 marca o início da Era Vargas (1930-1945) período em que o presidente Getúlio Vargas assume a presidência do país. O governo tem como marcas a repressão e violência contra opositores do governo, e atendimento a algumas reivindicações da classe trabalhadora, especialmente no âmbito do trabalho formal, com a criação de direitos trabalhistas e previdenciários. Deste modo,

O pensamento político da época, preocupado em formular um olhar sobre a nação brasileira, considerava a sociedade incapaz de se organizar e, portanto, legitimava a autoridade estatal como forma de controle e tutela dos grupos sociais. Este período afirmou os traços autoritários e conservadores constitutivos da sociedade brasileira. (MARANHÃO e TEIXEIRA, 2006, p.110)

É um período marcado pelo autoritarismo, sendo caracterizado como um governo ditatorial, impactando diretamente nos processos de mobilização e manifestação popular.

O período que se inicia após a saída de Vargas tem características múltiplas, governos com diferentes objetivos e perspectivas ideológicas assumiram o poder ao longo dos anos. Quanto à mobilização da população é possível dizer que neste momento experimenta-se alguma participação popular das massas com o sufrágio universal para homens e mulheres alfabetizados, aprovado pela Constituição Federal de 1946. Com a expansão dos partidos políticos de alcance nacional, a participação partidária da população também aumentou. No entanto este processo de ampliação da mobilização popular e participação política sofre uma interrupção violenta com a implantação da Ditadura Militar, em 1964. Período em que qualquer manifestação contrária ao governo era reprimida e enfrentada com violência brutal, momento de absoluta censura em todos os âmbitos.

Este período marcado por violência e repressão começa a apresentar sinais de enfraquecimento no fim da década de 1970, a insatisfação popular começa a fortalecer a organização popular. Os Movimentos Sociais entram em cena lutando por melhores condições de vida em vários segmentos: saúde, educação, criança e adolescente, dentre

outros. A queda do governo ocorre em 1985, após um longo período que marcou profundamente a história do país. Assim se inicia o período chamado de Redemocratização, com a restauração da democracia e do Estado de Direito.

É uma época conhecida pelas mobilizações populares e alcance de alguns direitos para a classe trabalhadora. Sem dúvidas, o marco deste período é a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição cidadã, por trazer importantes conquistas para a população a partir da mobilização da sociedade organizada. Inclusive, com inclusão no documento da exigência de participação popular no acompanhamento e decisões sobre diversas políticas públicas. É importante destacar que a iniciativa privada e os setores empresariais também se mobilizaram neste período e conseguiram garantir parte de seus interesses na Constituição.

No entanto, a década de 1990 representa um período de fortes ataques aos direitos sociais conquistados na década anterior, pois, este processo de ampliação dos direitos sociais na década de 1980 é concomitante a um período de crise fiscal do Estado no Brasil e no mundo. Configurando-se um contexto de embate entre o projeto de ampliação dos direitos sociais, previstos na constituição, de caráter democrático e vinculado às demandas das camadas populares, e o projeto neoliberal, de direção política das classes dominantes baseado na restrição dos direitos sociais e na concepção de Estado mínimo como solução para a referida crise (ANDERSON,1995).

A passagem dos anos 1980 para os anos 1990 foi o momento em que diferentes forças políticas procuraram desenvolver propostas de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, cada uma delas afirmando como deveria ser a construção democrática no Brasil. A participação adquiriu sentidos diversos, de um lado trata-se de uma força que interpela o Estado na aposta da democratização das políticas públicas, de outro não passa de um instrumento que legitima a população como “público-alvo” de políticas compensatórias. Isso ocorre porque, como bem aponta Raichelis (2000), os anos 90 foram palco de mudanças profundas no Estado e na organização dos atores sociais. (MARANHÃO e TEIXEIRA, 2006, p.111-112)

Este processo político e econômico teve impacto direto nas conquistas e mobilizações populares. A população é afetada diretamente pelo desmonte dos direitos sociais e o crescimento das taxas de desemprego. Este processo perdura até os dias de hoje, com poucos avanços na direção da classe trabalhadora.

No ano de 2013 ocorreu um movimento que merece ser ressaltado: As Jornadas de Junho, que inicialmente lutava contra o aumento na passagem de ônibus, mas posteriormente assumiu outras bandeiras da classe trabalhadora. O movimento surgiu nos grandes centros e se espalhou para diversas cidades por todo Brasil.

Diante do exposto é possível identificar que, historicamente, no Brasil, a mobilização popular teve períodos de conquistas e retrocessos. E poucos momentos em que de fato teve participação nos processos decisórios. Desta forma, é preciso lembrar o que Florestan Fernandes (2006) nos traz sobre a necessidade de uma revolução dos “de baixo” para que haja uma supressão desta ordem social exploradora em prol de uma nova ordem equalitária.

2. MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS EDUCATIVAS NO SERVIÇO SOCIAL

A mobilização social e organização, no que diz respeito ao Serviço Social, assumem características próprias nos processos da prática profissional, inscrevendo-se no corpo teórico-prático da profissão enquanto elementos constitutivos, mas não exclusivos dos assistentes sociais, e como condição imprescindível para sua concretização na sociedade. (ABREU; CARDOSO, 2009).

Relembrando a trajetória do Serviço Social, observa-se que em sua origem (1950 e 1960) a profissão carregava traços conservadores e atuava com práticas pedagógicas pautadas na ajuda, na filantropia e no funcionalismo, seguindo a perspectiva de que os indivíduos deveriam ser ajustados à sociedade. Outro eixo pedagógico passa a existir durante o regime militar no Brasil, período em que a participação popular começa a ser alvo da intervenção profissional, aproximando os assistentes sociais dos movimentos populares, culminando com a construção de um projeto ético-político profissional alternativo, também resultado do Movimento de Renovação da Profissão, como dito anteriormente.

A aproximação com os movimentos sociais populares incentivou a criação de entidades sindicais da categoria a nível nacional como a Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) em 1982 e entidades de organização interna como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e os conselhos Federal e Regionais de Serviço Social, o conjunto CFESS/CRESS. Esse novo eixo de

estratégias emancipatórias dos sujeitos, rompeu com o antigo eixo da ajuda psicossocial individualizada de Mary Richmond e inseriu os profissionais nos espaços de lutas sociais ao lado dos interesses dos trabalhadores.

Esses processos contribuíram para a inserção crítica dos assistentes sociais em espaços sócio-ocupacionais tradicionais e apontam a perspectiva de inserção profissional em espaços que se criam/recriam no contexto das lutas sociais das classes subalternas, com a abertura de possibilidades de inserção e legitimação da atuação profissional em instituições de formação e organização política dos trabalhadores. (ABREU; CARDOSO, 2009. p. 8)

A grande novidade então dos anos da redemocratização foi a efervescência e debates de ideias que culminariam com a Constituição de 1988, a qual trouxe o conceito de Seguridade Social composta pelo tripé Saúde, Previdência Social e Assistência Social, reconhecendo esta última como um direito social.

O cenário político e econômico mundial de crise a partir da década de 1970 repercutiu intensamente no Brasil na década de 1990. A saída para esta crise, que de acordo com Meszáros (2009) é estrutural, foi a chamada restauração do capitalismo, organizada em três frentes: reestruturação produtiva, financeirização e (contra) reforma do Estado com a adoção da pauta neoliberal.

Com o avanço do ideário neoliberal na década de 1990 no Brasil, sob a justificativa da crise fiscal, as demandas dos trabalhadores são redirecionadas para o “terceiro setor” e as políticas sociais conquistadas anteriormente com a Constituição de 1988 assumem o caráter de ajuda solidária, subtraindo o caráter de direito, além da mercantilização desses serviços. A agenda neoliberal destaca a importância do Estado mínimo, ou seja, o mercado deve se autorregular. Partindo desse argumento, o governo de Fernando Henrique Cardoso ascendeu com a bandeira da Reforma Gerencial do Estado Brasileiro, que, criticando o modelo burocrático anterior vigente desde Vargas, propunha uma nova perspectiva para a gestão pública. Esse modelo gerencial baseava-se em princípios da administração privada como qualidade e produtividade e fiscalização da gestão contábil e orçamentária através da responsabilização fiscal. (SENNA *et al*, 2017).

Nesse sentido, o espaço interventivo do Serviço Social se altera, exigindo maior demanda em relação à mobilização social e às práticas educativas, pois o projeto societário burguês tende a cooptar as classes subalternas fazendo com que elas aceitem

os interesses do capital como se fossem interesses de toda a sociedade. Isso acontece por meio do que Gramsci denomina de aparelhos privados de hegemonia, que disseminam a lógica capitalista na sociedade de forma a naturalizá-la. Sendo assim, a dimensão pedagógica do assistente social precisa se fortalecer no sentido da construção de uma “pedagogia emancipatória” para os usuários (ABREU; CARDOSO, 2009).

O neoliberalismo nas últimas décadas reordenou as relações entre capital/trabalho, Estado/sociedade civil. Este reordenamento desresponsabiliza o Estado em relação às políticas sociais e direciona o trato da “questão social” à sociedade civil, que faz com que surjam obstáculos para a intervenção crítica dos assistentes sociais, pois coloca mecanismos que enfraquecem a luta dos trabalhadores e nega os direitos conquistados. Em contrapartida, como destacam Abreu e Cardoso, a criação de conselhos de direitos ou de gestão de políticas representam o processo de mobilização social e organização mediante um posicionamento crítico e comprometimento ético-político dos profissionais no sentido da inscrição dos interesses das classes subalternas na agenda das políticas sociais.

Com isso, estamos diante de um terrível desmonte dos direitos sociais, com ações como a Desvinculação das Receitas da União – DRU - na qual a principal fonte de recursos são as contribuições sociais. Ou seja, o governo aprisiona o fundo público através do congelamento dos gastos sociais. A longo prazo, os trabalhadores serão ainda mais subjugados com o fim não somente dos direitos sociais como também da cidadania por conta da mercantilização da vida humana e criminalização da pobreza. Volta-se então à ideia de uma política do favor e benesse onde uma filantropia mercantil sobrepõe-se à luta por direitos. Como bem situa Ianni (1992) quando fala da questão social como objeto de um violento processo de criminalização das classes subalternas.

Recicla-se a noção de “classes perigosas” - não mais laboriosas -, sujeitas à repressão e extinção. A tendência de naturalizar a questão social é acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados no combate à pobreza extrema, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais. Evoca o passado, quando era concebida como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no atendimento às necessidades básicas da classe operária e outros segmentos trabalhadores.

Na atualidade, as propostas imediatas para enfrentar a questão social no país atualizam a articulação assistência focalizada/repressão, com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático, o que é motivo de inquietação (IAMAMOTO, 2001, p.27).

Esses são os grandes desafios para o Serviço Social no sentido da organização e mobilização social por meio de práticas educativas.

A inserção do Serviço Social nos movimentos sociais se faz importante para reaproximar a atuação profissional dos processos de mobilização social e organizações que visam aos interesses dos trabalhadores, pois, buscando o fortalecimento da classe trabalhadora será possível a construção de políticas sociais com a participação em conselhos, sendo espaços de lutas e não de colaboração. Nessa inserção os profissionais poderão atuar estimulando ações populares para impulsionar a consciência crítica da população contra as privatizações e os cortes nas políticas sociais. Segundo Antunes (1999), as atuações profissionais devem ser pautadas em respostas para a classe trabalhadora, mas tendo o horizonte numa nova ordem societária que possibilite a emancipação dos indivíduos e da sociedade, pois esse movimento emancipatório é impossível na ordem burguesa.

Essa perspectiva casa com o objetivo do Projeto Ético-Político profissional hegemônico hoje no Serviço Social. Hegemônico não significa único, mas aquele que representa a maioria da categoria. Este projeto profissional está ligado a um projeto societário de transformação da ordem e se materializou através do Código de Ética (1993), Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e Lei de Regulamentação da Profissão (1993). Além disso,

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas discussões aqui propostas, percebe-se que a participação popular no Brasil nos processos decisórios ainda é “tímida”, considerando a história do país, mas tem caminhado numa direção mais assídua e fortalecida, visando à conquista de direitos.

É possível justificar essa “tímida” participação pela própria formação social brasileira, que carrega traços conservadores do período colonial e do aburguesamento das oligarquias no processo de implementação do capitalismo no país. Esse “capitalismo

selvagem” (FERNANDES, 1981) da periferia se caracteriza por complexidades e entraves à formação de uma classe trabalhadora consolidada na luta. Entretanto, a pauperização, a violência, a desigualdade, dentre outras expressões da “questão social” estimulam a luta por direitos e melhores condições de sobrevivência nessa sociedade.

Esses aspectos apontam para o fato de que os direitos sociais são históricos, ou seja, são resultados da luta dos trabalhadores para a efetivação dos mesmos, mas não são atemporais, pois se relacionam ao momento histórico e à forma de organização da sociedade. Por isso, a luta para a real efetivação desses direitos é contínua e esse é um dos espaços de inserção do Serviço Social. As práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais contribuem para o processo de luta da classe trabalhadora em defesa dos seus direitos, bem como a atuação profissional pode ser facilitadora do acesso aos direitos já instituídos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização Social e práticas educativas. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Natal, 2009. Disponível em: www.cressrn.org.br. Acesso em fevereiro de 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. IN: SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo - As Políticas Sociais e o Estado Democrático**, São Paulo: Paz e Terra, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In COUTINHO, C.N. **Contra corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez editora, 2000 (p. 49-69).

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. RJ: Zahar Editores, 1981.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. Temporalis (Rio de Janeiro), n.3, p.9-32, jan.-jul. 2001.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LOBO, Aristides. **O povo assistiu àquilo bestializado**. Pelotas: Diário Popular, 1889.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Participação no Brasil: dilemas e desafios contemporâneos. **ALBUQUERQUE, Maria do Carmo, (Org.)**

Participação popular nas políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira. São Paulo: Instituto Pólis, 2006, p. 109-119.

SENN A, Mônica Castro Maia; SILVA, Viviane Pereira. **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):** tendências e perspectivas da agenda governamental contemporânea. *In Sociedade em Debate*, 23(1): 82 -109, 2017.